

Educação especial: os benefícios na inclusão em uma escola de atendimento específico

Special education: the benefits of inclusion in a specific care school

Maria do Perpétuo Socorro Fonseca da Silva

Universidad de la Integración de las Américas

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la
Integración de las Américas
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.8

RESUMO

Este estudo procura apresentar os benefícios de uma escola com ênfase em atendimento específico na Inclusão, tendo como objetivo geral: Refletir sobre a importância da formação de professores na área da Educação Especial, já que estes espaços possuem alunos com deficiência. A pesquisa partiu de uma metodologia exploratória descritiva, com enfoque qualitativo, se realizou aplicação de questionário para professores, realizando dessa forma a discussão das falas dos pesquisados. Constatou-se que, a educação especial deve ser vista com mais cuidado que precisa-se de maiores investimentos e capacitação docente, os educadores que participaram desta pesquisa, alegam que foi fundamental tal experiência compartilhada para que suas práticas pedagógicas voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais se concretizassem de forma efetiva e significativa.

Palavras-chave: educação especial. formação. inclusão.

ABSTRACT

This study seeks to present the benefits of a school with an emphasis on specific assistance in Inclusion, with the general objective: To reflect on the importance of teacher training in the area of Special Education, since these spaces have students with disabilities. The research started from a descriptive exploratory methodology, with a qualitative approach, questionnaires were applied to teachers, thus carrying out the discussion of the respondents' speeches. It was found that special education should be seen with more care that greater investments and teacher training are needed, the educators who participated in this research claim that such shared experience was fundamental so that their pedagogical practices aimed at students with special educational programs to take place in an effective and meaningful way.

Keywords: special education. formation. inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente artigo exemplifica a escola como uma instituição de ensino em que a criança passa grande parte de sua existência. Trata-se de um espaço que, de certa forma, constitui o sujeito pensante, questionador, criativo. Mas, por outro lado, também trabalha com outras demandas. Deixa de ser apenas um campo de troca de conhecimentos e adentra uma esfera emocional devido às relações que ali se estabelecem, principalmente quando se refere às crianças que necessitam de algum cuidado especial. **Situação Problema:** O problema que motivou esta pesquisa surgiu quando se observou que os professores não se sentiam capacitados para atender os alunos com deficiência que chegavam nas instituições de ensino. Diante disso, procurou-se saber:

Pergunta Central: Como é desenvolvida a formação de professores para atender os alunos com deficiência que estão atuando nas instituições educacionais? **objetivo geral:** Refletir sobre a importância da formação de professores na área da Educação Especial.

É preciso salientar que são diversas as dificuldades encontradas no atendimento ao aluno

com deficiência, dentre elas podemos citar: o espaço físico que não é adequado e adaptado, os materiais não adaptados, muitas vezes as salas de recursos não estão bem equipadas e preparadas para receber este aluno, fora outras questões como a dificuldade de socialização com os alunos que muitas vezes veem aquele aluno como “atraso” para a turma, o preconceito, entre outros. Para isso, o professor deve ter a formação necessária para realizar esse processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Tentando, dessa forma, driblar as múltiplas situações vivenciadas por tais indivíduos.

Muitos professores da rede de ensino regular não possuem formação continuada, no contexto escolar ao que se refere ao ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, a pesquisa em pauta é de grande relevância, haja vista que se atenta para a formação do professor da Educação Especial, e precisa ser efetivada, assim como direcionam os documentos oficiais.

A educação especial é um tema que deve ser discutido sempre, pois só assim é possível contribuir com uma sociedade mais inclusiva e uma educação mais igualitária para todos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) Garantiu o direito à educação em escolas regulares para crianças deficientes ou superdotadas. Na década de 1970, porém, houve um retrocesso no caminho da política inclusiva com a Lei nº 5.692/71, que preconizava o tratamento especial para alunos com necessidades especiais, aumentando a segregação desses alunos em classes especiais. Nesse período, foi fundado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela educação especial no Brasil e difundindo o movimento de integração escolar de pessoas com deficiência física ou mental.

A educação inclusiva é o processo que assegura a inclusão de todas as crianças com ou sem necessidades educacionais especiais no sistema escolar regular (International Disability and Development Consortium, 1998). Por causa das grandes mudanças que ocorreram na estrutura da educação, depois de muitos anos, graças a grandes lutas, as escolas começam a mudar suas políticas pedagógicas.

Com a experiência adquirida no exterior, a organização de serviços para pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual e deficiência física teve início no Brasil no século XIX. No entanto, esses serviços inicialmente se preocupavam apenas em atender os deficientes em suas necessidades médicas. A preocupação com sua educação não surgiu até o final da década de 1950. Antes disso, as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas ou incapazes de fazer algo produtivo na sociedade.

Enquanto “Algumas culturas simplesmente eliminaram as pessoas com deficiência, outras adotaram a prática de trazê-las para grandes instituições de caridade junto com os doentes e idosos.” (SASSAKI, 1997, p.1)

Segundo Mazzotta (2009), dois períodos se destacam na história da educação inclusiva no Brasil. A primeira foi de 1854 a 1956, onde surgiram algumas iniciativas isoladas. E foi em 12 de setembro de 1854, quando Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que prestava assistência educacional aos deficientes visuais.

A Constituição Federal de 1988 tem como objetivo “Promover o bem-estar de todos,

independentemente da origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação”, “Educação para todos”(art.3º inciso IV).

Em 1994, as diretrizes, leis, decretos e resoluções do Conselho Nacional de Educação estabeleceram as medidas básicas para a implementação das propostas de educação inclusiva. Para definir uma política nacional de educação, a ação estadual busca estratégias efetivas para garantir essa atuação em nível federal, estadual e municipal. (MEC/SEESP, 2007)

Para Carvalho, 2006, a elaboração de uma política educacional específica deve ser vista como condição necessária para alcançá-la, mas não é condição suficiente. Se não há convicção para este autor de que a escola reflete uma visão de mundo e uma visão de sociedade com características e formas de organização próprias; Se não forem levados em conta os atributos políticos inerentes à educação, corremos o risco de ter uma retórica política de excelente qualidade com práticas ainda incipientes e longe de atingir os objetivos.

Em 2008, também foram realizadas as salas de recursos multifuncionais, cujos equipamentos ampliam o leque de atendimento especializado.

Ainda há muito a conquistar, muito a melhorar, mas a educação especial no Brasil deu grandes passos. Segundo Voivodic (2007), a inclusão também está historicamente ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência, as famílias das pessoas com deficiência trabalharam e ainda trabalham muito juntas pelas conquistas e direitos dos deficientes, e mesmo os deficientes hoje conhecem seus direitos e lutar por ela.

O princípio básico da inclusão nas escolas é que as escolas reconheçam e respondam às diversas necessidades dos alunos, proporcionando-lhes uma educação de qualidade que lhes permita aprender através de um currículo adequado e encoraje a mudança organizacional, as estratégias de ensino e o uso de recursos, entre outras perguntas. (UNESCO *apud* MENDES,2002)

A inclusão escolar teve avanços significativos ao longo de sua história, mas ainda é necessário o envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem, sempre pensando na criança especial, pois estamos lidando com seres humanos, seres únicos, com sentimentos e expectativas únicos.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispôs sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, estabeleceu o conceito de deficiência, definiu quem são essas pessoas e qual a sua segurança.

De acordo com esse decreto, deficiente é todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos.

No Brasil, a inclusão de alunos deficientes em instituições de ensino regular, é garantida pela Política Nacional de Educação Especial. Conforme Brasil (2008), os sistemas de ensino têm que garantir a esses indivíduos métodos, currículo, recursos e atendimento específico, de forma que atendam às suas necessidades. Garante ainda, a finalização específica de conclusão do ensino fundamental, mesmo que eles não atinjam o nível exigido, devido as suas deficiências.

É necessário que as instituições de ensino se adaptem conforme as demandas advindas

dos alunos com deficiência, vista que ela tem papel fundamental na vida desses indivíduos. Saviani (2011) contribui ao dizer que a inclusão sempre foi um grande desafio para o sistema educacional, e não diferente, atualmente continua dessa forma, principalmente ao que se refere à universalização da educação básica. A inclusão escolar ainda está em processo de construção, de forma que se garanta os direitos das pessoas que dela necessitam para o desenvolvimento e socialização.

Com a promulgação no ano de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, aconteceu mudanças no sistema educacional brasileiro quanto aos aspectos do sistema educacional, dos recursos financeiros destinados, dos princípios gerais da educação escolar, das finalidades, da formação, dentre outros, e não diferente, mudanças quanto ao ensino especial (BRASIL, 1996).

A lei afirma que a educação os aspectos formativos, e esses precisam ser desenvolvidos na vida familiar, na socialização e experiências humanas, no trabalho, e também nas instituições de ensino e nas organizações dos diversos movimentos sociais. A educação deve estar alicerçada nos princípios da liberdade e solidariedade humana, de forma que o desenvolvimento humano ocorra de forma integral, preparando-o para o exercício da cidadania e o qualificando para o trabalho (BRASIL, 1996).

É sabido que a educação abarca os processos formativos, esses precisam ser desenvolvidos no grupo familiar, no trabalho, a partir da convivência humana, nas diversas instituições tanto de ensino quanto de pesquisa, e ainda, nos movimentos sociais, nas múltiplas organizações civis e manifestações culturais. Se a informação gera aprendizado àquele que recebe, pode ser considerado um processo formativo significativo. A LDB (1996) contribui ao dizer em seu 2º artigo que a educação é um instrumento baseado nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, e tem como finalidade o desenvolvimento pleno do educando e sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo assim, dever da família e do Estado.

De acordo com Abenhaim (2005), é a partir dos meados do século XX que a criança com deficiência começa a ser amparada pela então Declaração Mundial de Educação para Todos e também pela Declaração de Salamanca. Tal Declaração proclamou que todos os indivíduos que possuíam necessidade educativas especiais deveriam ter acesso à escola, integrando-se em uma pedagogia voltada para eles, atendendo as suas necessidades. Compreende-se então que, o princípio da inclusão escolar expressado por Salamanca é norteador pelo reconhecimento que as escolas devem ter para com as mais diversas necessidades dos alunos e possam atendê-los, propiciando educação de qualidade e aprendizagem através de um currículo com estratégias de ensino apropriadas e organizadas.

Nesse prisma, no ano de 2001, no Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação, a partir das Diretrizes Nacional para a Educação Especial, direciona que as instituições educacionais têm o dever de matricular todos os alunos com necessidades educacionais especiais, dando-lhes atendimento e condições para a proporcção de uma educação de qualidade. Partindo desses princípios e com o advento da inclusão escolar nas redes regulares de ensino, a escola necessitava repensar nos seus métodos de ensino e se readaptar para acolher os alunos com as devidas deficiências.

Vale ressaltar que, a inclusão não é uma prática que requer a utilização de ensino escolar específico para as mais variadas deficiências, mas, deve se valer de recursos que auxiliam e oportunizam o processo de ensino e aprendizagem. Tem-se, atualmente, políticas educacionais direcionadoras e específicas no território brasileiro, que pontuam a necessidade de atender o alunado com deficiência, todavia, como comenta Matiskei (2004), as políticas públicas ainda não são planejadas e articuladas partindo das determinações jurídicas e legais, de forma que o Estado seja mero executor, sendo neutro de desligado dos princípios que orientam a sua ação. Assim, as políticas públicas vivem uma atividade de conflito dentro das camadas sociais, servindo para vários interesses.

A partir da atual realidade pela qual a sociedade está passando, marcada fortemente por um modelo de projeto econômico e político, é necessário posicionamentos e mudanças significativas, ligados a esse processo de organização e produção. Desse modo, os valores existentes na sociedade contemporânea vão contra a ênfase individualista e competitiva. Então, compreende-se que inclusão e exclusão estão agregadas em uma mesma realidade, ou seja, quando se discute sobre os aspectos que viabilizam a inclusão, seja social, digital, escolar, cultural, dentre outras, discute-se também os meios excludentes presentes.

De acordo com Matiskei (2004), é dever do Estado proporcionar novos caminhos em vista da superação de diversos obstáculos existentes no meio social, pois muitas são as situações existentes que distanciam os seguimentos de terem acesso aos bens e serviços, e não distante, falando de forma específica da inclusão escolar, o direito à educação. Assim, para que o Estado cumpra efetivamente com suas responsabilidades, é importante o comprometimento com as políticas públicas que caracterizam a educação inclusiva, assumindo a responsabilidade com esse público.

Intervenção na educação inclusiva

A aprendizagem integral é a principal função do professor. Porém, esse objetivo não tem sido o foco do trabalho de muitos docentes. Muitos dos futuros professores ficam preocupados em aprender “receitas prontas” pedagógicas. Com isso, os professores das “receitas prontas” assumem a postura de “em vez de se perceber como profissional da aprendizagem e especialista no aprendiz, o professor se mantém como profissional do ensino” (CARVALHO, 2000, p. 143). Essa prática pedagógica prioriza a formação acadêmica do estudante deixando a formação integral e o atendimento da particularidade dos alunos fora do seu trabalho educacional.

Stainback; Stainback (1999) enfatizam que a aprendizagem inclusiva “está voltada para as necessidades gerais do aluno, não apenas para sua realização acadêmica” (p. 70). Se a aprendizagem escolar tiver somente como foco a formação acadêmica, a cultura da rotulação, preconizada pelos professores, permanecerá no ambiente educacional gerando a exclusão escolar e social. Por isso, “as boas escolas são boas escolas para todos os alunos” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 69).

Para que a escola tenha um ambiente favorável ao aprendizado, ela precisa de uma reforma abrangente com uma mudança de paradigma para atender às necessidades de todos os envolvidos no processo educacional.

Esforçando-se para desenvolver um ambiente escolar inclusivo Stainback e Stainback

(1999) propõem dez passos para ajudar os sistemas educacionais a difundir a ideologia da inclusão social, cultural e econômica dos alunos. Porque as escolas são um microcosmo da sociedade; refletem aspectos positivos e negativos, valores, prioridades e práticas culturais que existem fora de seus muros (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 72).

Todas as atividades pedagógicas devem ser adaptadas de forma que os alunos com necessidades especiais possam participar efetivamente do processo de aprendizagem. Além de difundir o valor do respeito e da valorização da diversidade, promovendo atividades voltadas ao desenvolvimento do espírito de colaboração e não da competição entre os alunos (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

O professor habilitado em EE tem um papel muito importante no trabalho junto aos alunos com deficiência. Quando se pensa em educação inclusiva, o professor habilitado representa a articulação proximal e dialogal entre o aluno e os outros professores não habilitados, pois é ele que orienta os demais colegas e possibilita suporte para que o aluno possa permanecer na escola de forma a ter um ensino e aprendizado adequado.

O professor especializado pode oferecer aos demais professores orientações específicas e necessárias para o trabalho com o aluno, a partir de cada deficiência específica. Compreende-se que o professor de EE, a partir de sua formação, adquiriu conhecimentos específicos, os quais não fizeram parte da formação dos outros professores durante a sua graduação.

Nesse sentido, Mendes (2004) comenta que é necessário um esforço coletivo para que a educação inclusiva em nosso país possa se ampliar. É preciso, assim, uma revisão de posturas tanto dos pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, quanto dos familiares e pessoas com necessidades educacionais especiais. Somente com essas atitudes é possível se traçar uma meta em comum, ou sejam, educação de qualidade para todos.

A formação de professores a partir da perspectiva inclusiva, não pode estar implicada somente pelo acréscimo de algumas disciplinas diferenciadas, mas também deve estar focada na efetivação dos princípios da inclusão, garantindo, dessa forma, maior qualidade de ensino. Oliveira (2004) corrobora ao dizer que um dos alicerces para a garantia do desenvolvimento das potencialidades de todos os alunos, inclusive os com deficiência é a formação de professores competentes e qualificados.

Vale lembrar que, os princípios de uma educação inclusiva, a formação inicial do professor e os fundamentos que caracterizam a Educação Especial deve ser discutida e debatida de forma ampla, conforme prevê a Resolução CNE/CEB nº 01/2002. Os conhecimentos adquiridos a partir desses pressupostos capacitarão o professor a perceber e compreender a diversidade de seus alunos, a ter flexibilidade em sua ação pedagógica, a valorizar e efetivar uma educação inclusiva, a identificar junto com o professor especializado as diversas necessidades educacionais especiais, e por fim, propor e implementar adaptações no currículo.

Comungando com essa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial destaca o seguinte:

Para atuar na educação especial, os professores devem ter tanto conhecimentos gerais para a prática docente quanto conhecimentos específicos da área como base para sua formação, tanto na formação inicial quanto na formação em serviço. Este treinamento qualifica para trabalhar em serviços de educação especial e é projetado para aprofundar

a natureza interativa e interdisciplinar do trabalho em salas comuns de educação regular, salas de recursos, pontos de serviço de educação especial, centros de acessibilidade em faculdades, salas de aula de hospitais e em ambientes domésticos para a entrega de serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 18).

Quando se refere à Educação Especial quanto ao processo da inclusão não se pode levar em conta somente à docência. Oliveira (2004) comenta que essa ação requer do profissional de EE a capacidade de gerenciar o processo inclusivo, de assessorar e capacitar professores e equipe escolar, proporcionando-lhes formação de forma contínua, estar sempre presente nas reuniões realizada pela equipe multidisciplinar; e fazer o acompanhamento e avaliar os alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Partindo dessa roupagem é que não basta o professor ter apenas a graduação, é necessário ter uma formação, na qual possa se aprofundar nos estudos sobre as diversas deficiências e suas implicações no processo educacional. Daí, entende-se que o professor precisa estar habilitado para atuar como professor em EE, haja vista que tem um papel vital no desenvolvimento significativo desse público.

Ao que se refere as discussões acerca dos cursos de formação na área da Educação Especial no Brasil, apesar das mudanças ocorridas quanto as leis e diretrizes, ainda há muito em se fazer, pois não basta como já comentado possuir graduação, é necessário estar habilitado para atuar junto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O movimento pela inclusão inclui diversas ações como culturais, educacionais, sociais e políticas, que lutam pelo direito de todos os alunos aprenderem, participarem e estarem juntos sem qualquer tipo de exclusão. A educação inclusiva faz parte de um paradigma educacional baseado no conceito de direitos humanos, lutando pela igualdade e promovendo o ideal de justiça em situações que revelam exclusão dentro ou fora da instituição escolar. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008)

A atual Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - recomenda no artigo 59 que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura uma finalidade especial àqueles que, por suas deficiências, não atingiram o nível exigido para completar o ensino fundamental; a aceleração dos estudos para que os superdotados concluam o programa escolar. Define ainda, nas normas de organização do ensino básico, a possibilidade de progressão de curso e de grau mediante verificação da aprendizagem (art. 24, inciso V) e [...] ofertas educativas adequadas tendo em conta as características do o aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho por meio de cursos e exames (Art. 37). (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, p. 8, 2008).

Segundo Vygotsky (1991), a aprendizagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento, do conhecimento. Todo processo de aprendizagem é ensino-aprendizagem, incluindo o aluno, o professor e a relação entre eles. Ele explica essa conexão entre desenvolvimento e aprendizagem em termos da zona de desenvolvimento proximal (distância entre o estágio de desenvolvimento potencial e o estágio de desenvolvimento real), um espaço dinâmico entre os problemas que uma criança pode resolver sozinha (estágio de desenvolvimento real) e aqueles que devem ser resolvidos com a ajuda de um outro sujeito mais capaz no momento e depois dominá-los você mesmo (nível de desenvolvimento potencial).

MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi realizada em uma escola de Atendimento Específico que tem por finalidade, formar pessoas conscientes, participativas, críticas, solidárias, cidadãos ativos e comprometidos com o meio em que vivem. Em outras palavras, direcionar o trabalho para a formação moral, social, cultural e intelectual, preparando-os para o exercício da cidadania, sobretudo para a formação profissional que escolheu. Promover ações a favor das crianças com deficiências na promoção do processo de inclusão desse público frente aos desafios da vida social.

A pesquisa realizada caracteriza-se como **exploratório-descritiva**, visto que “descreve o comportamento dos fenômenos” (COLLIS; HUSSEY, 2005), estabelece relações entre as variáveis (GIL, 2002) e possibilita ao investigador maximizar seu conhecimento acerca de determinado fenômeno ou problemática (TRIVINÖS, 1990). Tratando-se da abordagem, consiste em um enfoque qualitativo. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por “estudo estatístico comparado” (FONSECA, 1986).

O material utilizado para a coleta de dados foi o questionário digital enviado por e-mail, e foram direcionadas perguntas fechadas e abertas. Tal questionário contribuiu na discussão acerca da importância da formação dos professores que trabalham com alunos deficientes nas escolas regulares.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

No campo da educação especial, os professores em sua maioria encontram muitos empecilhos, sejam voltados para materiais pedagógicos, estrutura física, espaços, dentre tantos outros. Ainda não pode deixar-se de fora o certo preconceito impregnado em muitos educadores que acreditam que é perda de tempo o trabalho com os alunos deficientes.

A aprendizagem é o fator de maior dificuldade na prática do professor, precisa-se pensar na falta de uma teoria sólida e coerente, essa baseada na legitimidade advinda de estudos científicos que dão e apresentam uma definição das dificuldades de aprendizagem.

Ainda existe uma ineficiência ou insuficiência de serviços voltados para o atendimento de alunos com necessidades especiais educacionais. A falta de aprendizagem do aluno supracitado muitas vezes acontece pelo fato de os professores que trabalham na sala de recursos repetirem as mesmas estratégias já desenvolvidas na sala regular. Poker (2007, p. 172) ajuda a pensar nesse ponto:

É importante ressaltar também que a identificação das Dificuldades de Aprendizagem ocorre com base em critérios arbitrários sustentados em laudos ou avaliações de diferentes áreas não tratadas de forma interdisciplinar. Ora a identificação é feita com base em critérios pedagógicos, ora em critérios médicos, ora em critérios neurológicos, psicológicos, emocionais, motores, sociais ou mesmo culturais. Em muitas ocasiões o diagnóstico clínico é super valorizado e tratado isoladamente e, seus resultados apontam para alterações que não se convertem em uma proposta de ensino ou de re-educação a ser elaborada para o aluno com Dificuldades de Aprendizagem.

Como citado pela autora, é importante repensar nas estratégias de identificação da aprendizagem do aluno, para que o laudo ou o diagnóstico clínico não sejam os únicos instru-

mentalizado do processo de ensino e aprendizagem. É necessário que o professor pense num processo que seja diferenciador, renovador e eficaz.

Não pode ser mero repetidor de atividades, e muitos menos, ser visto pelos demais colegas com um educador que refugia alunos considerados “problemáticos”, que “atrapalham” o andamento e desenvolvimento dos demais alunos, ou uma pessoa que está num espaço de reforço para os alunos com necessidades especiais.

A preocupação com a inclusão social e educacional das pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta a uma situação que perpetuou a segregação dessas pessoas e limitou seu pleno desenvolvimento. Até o início do século XXI, existiam dois tipos de instituições no sistema educacional brasileiro: a escola regular e a escola especial - o aluno frequentava uma ou outra. Nos últimos dez anos, nosso sistema escolar mudou com a proposta inclusiva e introduziu um único tipo de escola: a escola regular, que acolhe todos os alunos, tem meios e recursos adequados e apoia aqueles que encontram barreiras de aprendizagem.

A escola deve preservar um diálogo constante com os pais, pois muitas vezes, há professores que conhecem muito mais sobre o aluno do que os próprios pais, e também, há aquela gestão que não consegue criar um espaço integrado, na qual a escola seja realmente parceira no desenvolvimento e na aprendizagem.

Todos têm direito à educação e esta deve visar o pleno desenvolvimento e fortalecimento da personalidade. O respeito pelos direitos humanos e liberdades, o primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser promovido.

Educação inclusiva significa, portanto, ensinar todas as crianças no mesmo contexto escolar. Optar por esse tipo de formação não significa negar as dificuldades enfrentadas pelos alunos. Por outro lado. Na inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É justamente essa diversidade, baseada na realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades para que todas as crianças vivam juntas.

Os documentos oficiais indicam que a educação é um direito de todos, mas é preciso oferecer uma educação de qualidade. Se essas são as premissas que constituem a educação, é preciso que sejam cumpridas não apenas pela escola ou seus profissionais presentes, mas sobretudo pelo poder público, que deve oferecer às escolas subsídios, infraestrutura e apoio à educação especial. Novamente, vale ressaltar que a escola de serviço específica que é o foco desta investigação é um exemplo de um centro que pode ser instalado em outras localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso salientar que são diversas as dificuldades encontradas no atendimento ao aluno com deficiência, dentre elas pode-se citar: o espaço físico que não é adequado e adaptado, os materiais não adaptados, muitas vezes as salas de recursos não estão bem equipadas e preparadas para receber este aluno, fora outras questões como a dificuldade de socialização com os demais que muitas vezes veem aquele aluno como “atraso” para a turma, o preconceito, entre outros. Para isso, o professor deve ter a formação necessária para realizar esse processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência.

A discussão sobre a inclusão é de fundamental importância atualmente, pois esses já ficaram por muito tempo excluído do convívio social. Falar de forma específica da pessoa com necessidades educacionais especiais é colocar em pauta e compreender que o grau de desenvolvimento e de socialização pode ser significativamente satisfatório a partir do momento que passam a ser visualizados como indivíduos capazes, competentes e habilitados.

Compreende-se que o artigo em questão levantou reflexões sobre a formação de professores na área da Educação Especial a partir de um olhar histórico e prático. Além disso, analisou os aspectos formativos fundamentais para a atuação do professor no contexto educacional e o papel deste na Educação Especial.

Desse modo, a pesquisa se mostra de grande relevância para as discussões referentes a formação do professor, em destaque, daqueles que trabalham com a Educação Especial. O artigo aqui produzido, conseqüentemente, servirá de aporte teórico para futuras pesquisas e também como leitura reflexiva sobre as múltiplas situações existentes ainda no campo educacional.

REFERÊNCIAS

- ABENHAIM, E. Os Caminhos da inclusão: breve histórico. In A. M. Machado, A. J. VEIGA NETO, M. V. O.; SILVA, R. G. PRIETO, W. Rannã & E. Abenhaim (Orgs.). Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola (p. 39-53). 2005, São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- CARVALHO, Joscileide Benícia dos Santos. A importância da formação de professores na escola inclusiva: estudo de caso da escola classe nº 64 de Ceilândia Sul-Brasília/DF. Monografia - Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS. Brasília, 2000.
- COLLIS, Jill e Hussey, Roger. Pesquisa em Administração. 2ª Ed. Bookman. São Paulo, 2005.
- FONSECA, E. N. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Ed. Pensamento-Cultrix, 1986.
- GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. Estilos clin. vol.5, n.9, São Paulo, 2009.
- MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. Educar em Revista, [S.l.], v. 20, n. 23, p. p. 185-202, jun. 2004.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.
- OLIVEIRA, A. A. S. Formação de Professores em Educação Especial: a busca de uma direção in: MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. A. (Orgs.). Temas em Educação Especial: avanços recentes. São Carlos: Ed. UFSCar, 2004
- POKER, Rosimar Bortolini Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista, Ano V, n. 9, p. 169-180, 2007.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.